

Aprovado 1
Manuel Antunes Póvoa
Herculano
A. P.

ACTA 3/2014

-- Aos cinco dias do mês de Junho de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na terceira sessão ordinária do ano de dois mil e catorze, no edifício-sede da Junta da Freguesia da Encarnação, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Conselho Municipal de Juventude – designação dos membros; 3) Projecto de Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra; 4) Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal; 5) Autorização prévia ao abrigo da Lei dos Compromissos; 6) Modificação aos Documentos Previsionais dois mil e catorze – segunda revisão; 7) Aquisição das instalações do Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros, sitas na Avenida 25 de Abril, em Mafra. -----

-- Passavam dezassete minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Américo José Oliveira Peralta, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Bela Pinto Castanheiro; Ana Pereira Lourenço Pinto Marques de Comas Guerra, que substitui Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues; Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral (Presidente da Freguesia da Carvoeira); Aníbal Rolim Ferra; António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Pedro Mansura Serápio Maneira de Oliveira; Artur Marques de Almeida Claudino, que substitui José António Petulante Parente; Baltasar Rolo Luís, que substitui José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro (Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça); Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galrão; Carlos Jorge dos Reis Esteves; Carlos Manuel Antunes Póvoa (Presidente da Freguesia da Encarnação); Cecília Maria Miranda Duarte (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); Daniel Filipe Silva Rebelo; David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; João Henrique Mendes Mesquita, que substitui Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); Jorge Manuel Louro Santos Duarte, que substitui Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias da Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Manuel Antunes Graça; José Martinez da Silva; Júlio Manuel Lopes, que substitui Pedro Miguel Fernandes Tomás; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria Beatriz Severino Gonçalves; Maria da Graça Novais Figueiredo; Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira); Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; e, por último, Américo José Oliveira Peralta (Primeiro Secretário). Verificaram-se as ausências de Domingos Manuel Vicente Janota, José António Petulante Parente, José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro, Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Pedro Miguel Fernandes Tomás e Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, cujas faltas a mesa deliberou justificar, assim como de José Manuel Portela Tomás, cuja falta foi injustificada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de antes da ordem do dia**. -----

-- Interveio o Senhor Carlos Manuel Antunes Póvoa, dando as boas-vindas, em nome da Junta de Freguesia da Encarnação, aos membros da Assembleia Municipal. Sublinhou a importância da descentralização das reuniões deste órgão deliberativo.

Convidou os referidos membros e o público presente para uma pequena ceia, organizada no final da sessão. -----

-- Tomou a palavra o Senhor José Graça, começando por saudar o facto da Capela de São Sebastião, na Ericeira, ter sido designada monumento de interesse público, dizendo que para esta designação muito contribuiu Elísio Summavielle, antigo Secretário de Estado da Cultura e actual Vereador da Câmara Municipal de Mafra. De seguida, em nome do PS, procedeu à leitura de uma declaração sobre os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO UM". -----

-- No uso da palavra, o Senhor José Martinez leu um texto que dá conta das reflexões da CDU a propósito dos últimos acontecimentos políticos, que se anexa à acta com a designação de "ANEXO DOIS". -----

-- A Senhora Dona Carla Galrão congratulou-se pela realização, no Concelho de Mafra, da Jornada Diocesana da Família, organizada pela Pastoral Familiar do Patriarcado de Lisboa, que reuniu milhares de participantes no Jardim do Cerco, em Mafra. Destacou que o referido evento constituiu um momento para valorização da família enquanto célula nuclear da sociedade, pelo que saudou o facto da Câmara Municipal se ter associado a esta festa, em sintonia com a política municipal prosseguida. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Aníbal Ferra para dirigir questões ao Executivo Municipal. Referiu que, na última sessão, a CDU solicitou esclarecimentos a respeito do fornecimento de refeições e da fruta escolar, tendo o Presidente da Câmara declarado que os mesmos seriam prestados por escrito. Assim, requereu que tais esclarecimentos fossem, igualmente, comunicados ao BE. De seguida, questionou as razões pelas quais um trabalhador das Piscinas Municipais da Ericeira, que exerce as suas funções há dez anos em regime de avença, não ter passado a contrato. Por último, perguntou se o Executivo Municipal vai proceder ao pagamento dos subsídios de férias aos seus trabalhadores. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Presidente da Câmara já respondeu, por escrito, às questões que lhe foram colocadas na última sessão, pelo que iria proceder à distribuição das mesmas aos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

-- Interveio a Senhora Dona Ana Teresa Silva, dizendo que o Concelho de Mafra tem uma componente turística fortíssima, constituindo o sustento de muitas famílias. Destacou, em particular, as suas praias distribuídas por quatro freguesias, que foram muito afectadas na sequência das intempéries do último Inverno. Assim, em nome do PS, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal informações sobre os trabalhos de recuperação das praias e das arribas, nomeadamente o que já foi feito e o que ainda falta fazer. Questionou, por último, se Ribeira d'Ilhas está preparada para receber os banhistas neste Verão. -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Fátima Caracol, congratulando-se pelas iniciativas de comemoração do Dia do Município, as quais incluíram, para além da sessão solene na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, a assinatura de protocolos de colaboração com o Secretário de Estado da Cultura com vista à instalação do Museu Nacional da Música em Mafra, à comparticipação financeira da recuperação dos carrilhões e à instituição do Prémio Internacional de Composição - Órgãos do Palácio Nacional de Mafra. Saudou, também, a celebração de protocolos de colaboração para apoiar as condições de desenvolvimento cultural, nomeadamente com o Ministério da Defesa Nacional e com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para a criação de novos parqueamentos automóveis. Destacou, igualmente, a oportunidade de distinguir publicamente, através da atribuição de medalhas municipais, as pessoas e as instituições que têm contribuído para o desenvolvimento concelhio, assim como a abertura da exposição dedicada às feiras e mercados tradicionais, animada pela Universidade Sénior de Mafra, e a inauguração da feira de artesanato e produtos regionais, organizada ao primeiro fim-de-semana de cada mês, animando o terreiro de forma digna e trazendo um movimento inusitado. Nesta medida, sugeriu que a mesma pudesse ser alargada a

outros fins-de-semana, sobretudo em época estival. Concluindo, afirmou considerar que o Dia do Município foi comemorado de forma enaltecedora. -----

-- O Senhor Eduardo Libânio efectuou a leitura dos documentos constantes em anexo a esta acta com as denominações de "ANEXO TRÊS", "ANEXO QUATRO" e "ANEXO CINCO", os quais são referentes, respectivamente, às comemorações do Dia do Município e do Dia Mundial da Criança, à circulação e estacionamento automóvel junto à Escola Básica Hélia Correia, para além de um conjunto de questões dirigidas ao Executivo Municipal. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Jaime Acúrcio efectuou, em nome do PS, a leitura de um requerimento que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO SEIS".

-- Tomou a palavra o Senhor David Sardinha, dando nota positiva das iniciativas promovidas pela Câmara Municipal no âmbito do Dia Mundial da Criança, sob o mote "Há festa no Parque". Registou a diversidade das actividades organizadas, que motivaram a significativa adesão da população. -----

-- Interveio a Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves, estranhando que, considerando a aproximação do final do ano lectivo, a autarquia ainda não tenha divulgado as actividades para ocupação de tempos livres dirigidas às crianças e jovens para tão longo período de férias. Perguntou sobre o calendário das referidas actividades e, em particular, se vai ser organizado o projecto "Férias Vivas". De seguida, questionou se vai ser alargada, a toda a população escolar do primeiro ciclo, a oferta de livros escolares. -----

-- No uso da palavra, o Senhor José Graça lembrou que, no dia vinte e um de Novembro de dois mil e onze, o actual Presidente da Câmara, na qualidade de Deputado, havia anunciado que no início do ano seguinte seriam lançados os concursos internacionais para a recuperação dos carrilhões do Palácio Nacional de Mafra. Considerando que, recentemente, este património foi considerado, pela Europa Nostra, como um dos mais ameaçados, lamentou que o Executivo Municipal não seja proactivo, apresentando um protocolo, celebrado com o Secretário de Estado da Cultura no Dia do Município, que considerou ser apenas um documento de intenções. -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Oliveira, mencionando que, em matéria de reciclagem, o Concelho de Mafra - e a Ericeira, em particular - têm sido exemplo. A respeito das eleições para o Parlamento Europeu, esclareceu que, contrariamente ao que as intervenções anteriores parecem fazer entender, no Concelho de Mafra o PSD não perdeu as eleições. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que as respostas às perguntas colocadas pela CDU na anterior sessão serão, igualmente, facultadas ao BE. Mais informou que os subsídios de férias dos trabalhadores serão processados no vencimento de Junho, em cumprimento da lei. Sobre o pessoal das Piscinas Municipais da Ericeira, disse compreender que os avençados queiram ter um vínculo diferente, mas que, pelas características das funções que exercem, tal não é legalmente possível. A propósito de Ribeira d'Ilhas, deu nota de que, na semana passada, foi assinado o contrato com o concessionário do espaço de restauração e bebidas, o qual vai estar em pleno funcionamento na próxima época balnear. A este respeito, disse também que todas as obras de recuperação da orla costeira estão a ser ultimadas, em particular o bar da praia do Algodio que sofreu significativos danos em resultado das intempéries. Relativamente às recomendações em matéria de reciclagem, informou que a grande maioria já está a ser executada, embora ainda se verifique, nos serviços municipais, a existência de stock de papel não reciclado. Sobre o acidente verificado na Escola Básica Hélia Correia, referiu que não tinha registos do mesmo, mas que iria indagar. Ainda assim, informou que o Executivo Municipal está disponível para analisar a questão do trânsito e do estacionamento na envolvente da escola. Quanto ao Ecoparque da Abrunheira e à situação financeira da Tratolixo, revelou que estão a ser efectuadas

negociações com a banca, processo este que ainda está curso, expectando que, dentro em breve, seja possível dar mais novidades a este respeito. Mais informou que entrou em funcionamento, em regime de testes iniciais, a estação de tratamento de águas residuais do referido Ecoparque da Abrunheira. Sobre os protocolos celebrados no Dia do Município, manifestou disponibilidade para fornecer as respectivas cópias, ainda que os mesmos sejam públicos, na medida em que as respectivas minutas foram previamente submetidas à aprovação em reunião de Câmara. No que concerne às actividades de ocupação de tempos livres durante a interrupção lectiva do Verão, informou que a autarquia está a ultimar os respectivos programas, cujo calendário decorre desde dezasseis de Junho até doze de Setembro. Quanto à distribuição gratuita de manuais escolares, deu nota de que a proposta está em análise, considerando os condicionalismos impostos ao orçamento municipal. Finalmente, em relação à recuperação dos carrilhões do Palácio Nacional de Mafra, esclareceu que, independentemente das vicissitudes de um processo onde uns fizeram algo e outros poderiam ter feito e não o fizeram, o relevante para os mafrenses é que estes instrumentos musicais possam voltar a ser ouvidos o mais rapidamente possível, independentemente de quaisquer questões partidárias que considerou serem secundárias. Rejeitou as críticas dirigidas ao Executivo Municipal, porquanto o compromisso financeiro de participação nesta recuperação, assumido através da celebração do respectivo protocolo no Dia do Município, revela bem o seu empenho directo na resolução deste processo. -----

-- Terminadas as intervenções no âmbito do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, com o título "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que declarou nada mais ter a aditar face à documentação previamente distribuída. -----

-- Não se verificando intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com o ponto número dois, "**Conselho Municipal de Juventude – designação dos membros**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foram recepcionadas as propostas que se anexam à presente acta com a denominação de "ANEXO SETE". Solicitou que a CDU designasse, posteriormente, o seu membro.

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos nomes apresentados pelos partidos políticos para integrarem o Conselho Municipal de Juventude, face ao disposto na alínea b) do número um do artigo quarto do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mafra, a saber: pelo PPD/PSD, Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; pelo PS, Leila Isabel Inácio Alexandre; pelo CDS/PP, Ana Bela Castanheiro Pinto Costa; pelo BE, Aníbal Rolim Ferra. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número três, "**Projecto de Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou, face à informação previamente distribuída, que este projecto se enquadra na política municipal de apoio às famílias. -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Ana Bela Castanheiro efectuou a leitura de um documento que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO OITO". -----

-- Interveio o Senhor José Graça, dizendo que o PS considera que a proposta é meritória. No entanto, solicitou os seguintes esclarecimentos: qual o número de famílias ou pessoas singulares que estão inscritas ou potencialmente inscritas para candidatura a este programa; qual é a expectativa de verba que a Câmara Municipal pretende gastar com este projecto. -----

-- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o número de famílias em lista de espera para atribuição de habitação social é de cerca de cento e vinte. Mais esclareceu que é expectável que este projecto possa apoiar um número próximo de cento e vinte famílias, estando prevista, em orçamento

municipal, uma verba inicial de quarenta mil euros, que o Executivo Municipal está disponível para rever em função das candidaturas que vierem a ser recepcionadas.

-- Procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar o Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra, conforme documento anexo. --

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número quatro, **"Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal"**. -----

-- Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais, constantes do documento em anexo, ao abrigo das autorizações prévias no âmbito da Lei dos Compromissos, já concedidas pela Assembleia Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número cinco, **"Autorização prévia ao abrigo da Lei dos Compromissos"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que, na informação previamente distribuída, estão claramente identificados os compromissos plurianuais que se pretendem assumir. -----

-- Não havendo intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, deliberou autorizar, por maioria (com vinte e três votos a favor do PSD; e catorze das abstenções, das quais nove do PS, três da CDU, uma do CDS e uma do BE), a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, em anexo à Informação Interno/dois mil e catorze/seis mil duzentos e vinte e oito, elaborada pela Área de Estudos e Planeamento, da Divisão de Gestão Financeira e Património. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número seis, **"Modificação aos Documentos Previsionais dois mil e catorze – segunda revisão"**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu, adicionalmente, que esta modificação decorre do reforço das rubricas para recuperação dos carrilhões e também para aquisição de imóveis, no âmbito do ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e três votos a favor do PSD; e catorze das abstenções, das quais nove do PS, três da CDU, uma do CDS e uma do BE), nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, aprovar a segunda Revisão ao Orçamento da Despesa, a segunda Revisão ao Plano de Actividades Municipais e a primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, apresentando o Orçamento da Despesa as inscrições/reforços no montante de um milhão dez mil e quinhentos euros e diminuições no montante de um milhão dez mil e quinhentos euros, o Plano Plurianual de Investimentos a inscrição/reforço no montante de novecentos mil euros e diminuições/anulações no montante de novecentos mil euros e o Plano de Actividades Municipais a inscrição/reforço no montante de cem mil e quinhentos euros e diminuições/anulações no montante de cento e cinquenta mil euros. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número sete, **"Aquisição das instalações do Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros, sitas na Avenida 25 de Abril, em Mafra"**. -----

-- Ausentaram-se da sala onde decorria a reunião os Senhores João Mesquita e António Ramalho Pereira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou que a Protecção Civil constitui uma atribuição municipal, pelo que, perante as dificuldades financeiras dos Bombeiros Voluntários de Mafra, a autarquia não poderia ficar alheia. Face à

necessidade de intervir, uma vez que a capacidade de intervenção deste corpo de bombeiros é fundamental para garantir o socorro aos cidadãos, considerou o Executivo Municipal que a melhor solução – ao invés de efectuar a atribuição de um subsídio, solução esta que seria sempre injusta face aos bombeiros da Ericeira e da Malveira – é a aquisição das antigas instalações, na medida que tal permite não só garantir a sustentabilidade financeira da associação, mas também fazer reverter favoravelmente para o património municipal um activo que dispõe de uma localização privilegiada na vila de Mafra e que pode ser dinamizado para outras utilizações. Lembrou que, para alinação destas instalações, já haviam sido promovidas duas hastas públicas que ficaram desertas. Assim, propôs que o valor da aquisição, a submeter pela Câmara à apreciação daquela Associação Humanitária, seja o valor base da última hasta pública realizada. -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Maria Graça da Figueiredo para efectuar, em nome da CDU, a leitura de um texto que solicitou que constasse, igualmente, como declaração de voto, o qual se anexa à acta com a designação de "ANEXO NOVE".

-- No uso da palavra, o Senhor José Graça declarou que o PS votará favoravelmente esta proposta, porque acima das críticas está o interesse das populações. Todavia, sublinhou que este pressuposto não pode toldar a análise desta questão, lembrando que, na sessão da Assembleia Municipal realizada em Dezembro de dois mil e treze, o PS havia questionado se a verba inscrita no orçamento de dois mil e catorze era suficiente para apoiar os bombeiros. Acrescentou que as direcções que têm passado pelos bombeiros de Mafra têm estado alocadas ao Partido que têm liderado os destinos do Concelho durante os últimos vinte e nove anos, pelo que, à falta de outras informações, perguntou se, de facto, não estaremos em Mafra perante um novo BPN. Mais perguntou sobre o propósito futuro do edifício que se propõe adquirir, que se pretende ao serviço da população. -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra, declarando que este assunto deixa o BE inquieto: se a Câmara já está endividada, como se atreve a despender uma verba tão elevada apenas para uma corporação de bombeiros? Acrescentou que a direcção daquela corporação deveria ter assegurado, aquando da construção do novo quartel, se teria disponibilidade orçamental para o fazer. Agora, disse verificar que é a Câmara Municipal, e por consequência todos os munícipes, que vão assumir os custos desta decisão não sustentada. Mencionou, por fim, que importa saber para que finalidade é adquirido este imóvel, já que ainda há pouco tempo veio à Assembleia uma proposta de alinação de terrenos municipais. Perante tais interrogações, declarou que o BE se vai abster. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Domingos Santos frisou que todos estão de acordo quanto ao facto de que este não é o momento oportuno para fazer esta aquisição. Porém, acrescentou que todos estão igualmente de acordo quanto à necessidade imperiosa de assegurar a sustentabilidade financeira dos Bombeiros Voluntários de Mafra, sob pena de estar em causa o bem-estar da população. Por último, quanto às decisões tomadas pela direcção daquele corpo de bombeiros, disse que, antes de fazer considerações sobre as mesmas, se deve compreender que a construção do novo quartel obedecia a uma estratégia: disponibilizar um equipamento de qualidade, ao dispor também do Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra, numa localização privilegiada, próximo da principal via rodoviária. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que, perante o problema, se colocavam duas hipóteses: não fazer nada ou agir. Declarou que o Executivo Municipal optou pela segunda hipótese, sob pena de tal conduzir à total inoperacionalidade dos Bombeiros Voluntários de Mafra, com consequências muito graves para os cidadãos. Terminando, disse que o valor desta aquisição não é comparável ao valor de uma vida. -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com trinta e três votos a favor, dos quais vinte e um do PSD, oito do PS, três da CDU e um do CDS; um voto contra do PS; e uma abstenção do BE), nos termos do disposto na alínea i), do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, autorizar a Câmara Municipal a adquirir, para o domínio privado, pelo valor de oitocentos e cinquenta mil euros, o actual quartel dos Bombeiros Voluntários de Mafra, correspondente às instalações do prédio urbano sito na Avenida 25 de Abril, em Mafra, descrito na Conservatória de Registo Predial de Mafra sob o número sete mil cento e sessenta e oito e inscrito na matriz predial sob o artigo três mil novecentos e dezassete, da freguesia de Mafra, o qual foi avaliado em vinte e dois de Maio de dois mil e catorze, pela Comissão de Avaliação, no montante de oitocentos e cinquenta mil setecentos e três euros, renovando, por um lado, o compromisso institucional assumido pelo Município de Mafra, de continuar a apoiar a construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Mafra, estrutura fundamental ao bom funcionamento da sociedade civil, a quem os bombeiros prestam serviço, tornando a Vila de Mafra melhor servida em termos de segurança e saúde, e por outro lado, fomentando, concomitantemente, com esta aquisição, a possibilidade da utilidade ou fruição municipais das respectivas instalações, atenta a sua localização privilegiada, numa zona habitacional, de comércio, de serviços, junto ao eixo viário de maior movimento da Vila de Mafra (Av. 25 de Abril), salientando-se, ademais, a sua proximidade relativa do Palácio Nacional de Mafra. Apresentaram declaração de voto escrita os eleitos da CDU, conforme o ANEXO NOVE. -----

-- Terminada a discussão da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de intervenção do público**, não se verificando inscrições. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e catorze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam oito minutos das onze horas. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Américo José Oliveira Peralta, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra.

x *Américo José Oliveira Peralta*
Américo José Oliveira Peralta

DECLARAÇÃO

~~O ano de 2014 em curso marca o centenário da Primeira Guerra Mundial.~~
No passado dia 29 os cidadãos de Mafra e no restante Portugal foram, uma vez mais, chamados às urnas para participarem na escolha dos representantes portugueses ao Parlamento Europeu, a única instituição da União diretamente eleita pelos cidadãos.

E, pela primeira vez, a composição do novo Parlamento Europeu determinará quem irá liderar a próxima Comissão Europeia, o organismo executivo da UE responsável pelas iniciativas legislativas e pela sua implementação. Iniciativas como:

- Que política irá perseguir a Europa nos próximos anos?
- Como irá gastar o dinheiro dos seus contribuintes?
- Que revisões serão feitas para o orçamento a longo prazo de 2014-2021?

Mesmo assim a população de Mafra e em geral absteve-se de comparecer nas urnas e exercer o seu direito de escolha. Lamentamos, mas que seja interpretado como um sério aviso a todos os Partidos Políticos ^{que} concorreram a este acto, para o futuro.

Quanto aos resultados ... bom, quanto aos resultados que ninguém duvide; Houve uma escolha e essa correspondeu à derrota histórica da direita. E, não fossem os votos do PSD, por extrapolação matemática, o CDS a ter concorrido sozinho não conseguiria eleger deputados suficientes para encher um táxi!

Após a escolha clara do eleitorado pelo Partido Socialista continua a existir uma Europa que sobrevaloriza o combate à inflação e os equilíbrios orçamentais, em detrimento do crescimento económico e do emprego, e que não hesita em dar prioridade ao salvamento da banca, mesmo que tal implique atirar para o desemprego e para o empobrecimento milhões de

cidadãos. Precisamos, por isso, de continuar um combate atento, pelas Pessoas e por Portugal.

De facto, perante o Governo mais impopular de sempre, que governa além acordos com a *troika* e reiteradamente violando e contra a Constituição, fazendo inarráveis ataques ao TC (revelando até falta de patriotismo ao mobilizar instituições internacionais nas investidas contra o tribunal), com políticas de austeridade iníquas e de resultados desastrosos, são evidentes os sinais de degradação do normal funcionamento das instituições democráticas. É muito preocupante o actual estado democrático que atravessamos.

De fact, no pós eleições em que a maioria PSD/CDS teve uma derrota histórica nas eleições para o Parlamento Europeu, em que o governo teve o terceiro chumbo de normas orçamentais e o oitavo chumbo de diplomas no Tribunal Constitucional, em apenas três anos. Nunca em 40 anos de democracia em Portugal alguma vez tal tinha acontecido.

Virar todo um discurso político contra os juízes do Tribunal Constitucional que, eleitos já por esta maioria e dentre os seus pares, este Governo faz o mesmo que, se fosse um réu, culpar um juiz que o condena a uma pena de prisão pela sobrelotação dos estabelecimentos prisionais.

O PS termina agradecendo a todos quantos em Mafra cumpriram com o seu dever cívico de participarem no ultimo acto eleitoral exortando que, pela sua parte, tudo fará para honrar o voto recebido e lamentando o enxovalho público a que o TC e aos seus juízes, os magistrados do mais alto tribunal nacional, estão a ser alvo e que por si só é capaz de trazer mais estragos à credibilidade interna e sobretudo externa do país do que a crise irrevogável/revogável do verão passado.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mafra na Freguesia da Encarnação em 5 de Junho de 2014 subscreve a presente Declaração que requer ficar anexa à acta da Sessão de hoje.

Boa noite a todos,

Gostava de vos dar conta das reflexões que fizemos, na CDU, relativamente aos últimos acontecimentos políticos:

Em primeiro lugar foi com grande satisfação que constatamos a subida da CDU, em termos nacionais com, maior percentagem, mais votos e mais um eleito. Em Mafra, embora ainda abaixo da média nacional, tivemos uma subida de mais de 50% na percentagem e mais 945 do que em 2009.

Em segundo lugar constatamos que os partidos que suportam o governo sofreram uma derrota de que não há memória bem representativa pela recusa da austeridade que tem sido aplicada ao nosso povo.

Nestas eleições não foi clara a alternativa preferida pelos portugueses mas a recusa da política que tem sido seguida é bem clara, os dados objectivos, quer em termos de análise empírica, quer pelo recurso a indicadores são bem claros.

Empiricamente todos constatamos a falência da política do governo, todos sentimos a redução do nosso poder de compra, todos, ou estamos, ou temos na família desempregados, todos conhecemos ou temos na família ou círculo de amigos jovens, ou menos jovens, que foram forçados a emigrar, todos conhecemos empresas, pequenas e médias que fecharam as portas, em contrapartida somos informados pelos média de que os mais ricos de Portugal viram as suas fortunas aumentar.

Estas constatações são indelmentáveis posicione-me-nos politicamente onde nos posicionarmos!

São evidentes até para os próprios governantes que dizem, espante-se, que o país está melhor, embora os portugueses estejam piores!

O que é que nos dizem os indicadores, face aos objectivos proclamados pelo governo tomando como seus os objectivos acordados com a troika e subscritos pelo P.S..

O primeiro objectivo, e o cerne do problema nacional, tinha a ver com o endividamento, quer o endividamento do Estado quer o endividamento privado, andamos a viver acima das possibilidades, como diziam e era verdade que, quer a dívida pública, quer a dívida privada eram elevadas, 94% do PIB para a dívida pública, na óptica de Maastricht e 107% do PIB para a dívida ao exterior.

Qual a situação em Março de 2014? A dívida pública subiu para 132% do PIB e a dívida ao exterior para 121% do PIB, ou seja, a situação em vez de melhorar piorou e piorou significativamente.

Quais foram as receitas que estiveram por detrás destes resultados?

As receitas assentavam num único pilar - Diminuição dos rendimentos das famílias "gastadoras" para por essa via diminuir o consumo e pela diminuição do consumo conseguir uma diminuição da dívida ao exterior. A diminuição do consumo era conseguida pela diminuição dos rendimentos do trabalho e pelo aumento brutal dos impostos e dos custos dos serviços públicos.

É assim que os trabalhadores vêem agravada a legislação de trabalho, criando condições para a redução dos salários, com ou sem rotação, a que chamam mobilidade, despedimento de uns para admissão de outros com remunerações mais baixas e, com falência de pequenas empresas, a criação de uma bolsa de desempregados que facilitem esse recrutamento.

Com a baixa de salários esperavam os troicanos aumentar as exportações por aumento da competitividade e baixar as importações pela diminuição do poder de compra. Se a redução das importações foi, numa primeira fase significativa, já o comportamento das exportações foi errático inconsistente (exportação de combustíveis) e em termos qualitativos assistimos mesmo a uma redução da componente tecnológica das exportações nos últimos anos.

O ganho de competitividade eventualmente conseguido pela baixa de salários foi anulado, relativamente a países terceiros, pela valorização do Euro face ao dólar que registou, só nos últimos dois anos uma valorização de 14%.

É assim que os trabalhadores e pensionistas vêem agravados os seus impostos directos de forma brutal, sem que tal, tenha baixado significativamente o deficit público já que os cortes somados são sensivelmente o mesmo que os juros da dívida.

Foi a rejeição desta política que o resultado das eleições europeias traduz de forma clara e inequívoca, política agravada por uma distribuição iníqua, que o Tribunal Constitucional confirma considerando inconstitucionais normas de todos os orçamentos de Estado deste governo.

São urgentes eleições que permitam aos portugueses pronunciarem-se sobre as alternativas que lhe sejam propostas.

A hecatombe eleitoral, para o PSD/CDS em Mafra foi pesada, ligeiramente inferior à nacional o que mostra, aqui também, a vontade de uma nova política.

O executivo Municipal alinhou a sua política, com algumas limitações, com a política dos troicanos, limitou o poder de compra dos mafrense com o aumento do IMI, escarneceu dos lesados, tal como o governo central, com a diminuição do IRC, diminuição sem qualquer significado prático, mas politicamente significativa e aumentou as despesas orçamentais com diminuição da sua componente social.

Em Mafra não se põe a questão da legitimidade do executivo como se põe ao governo que governa ao arrepio das promessas eleitorais, contra a constituição e agora, claramente contra a vontade dos portugueses, mas põe-se a necessidade de mudança de política apoiando os mafrense a superar as consequências da política de destruição levada a cabo pelo governo.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;
Srs. Membros da mesa;
Sr. Presidente da Câmara;
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;
Sras. e Srs. Membros da Assembleia;
Comunicação social;
Distinto público.

Começo a minha intervenção afirmando, ao contrário do que muitos pensam, que a CDU sabe quando deve criticar, sempre de forma construtiva, mas também sabe quando deve enaltecer o trabalho desenvolvido por este executivo.

Saliento por isso o bom trabalho que foi feito na comemoração do dia da criança, no passado dia 1 de junho. Foi bonito ver o parque desportivo cheio de miúdos, de jovens, de pais e de avós para assinalar tão importante data. Muitas e boas atividades para todos os gostos e que muito divertiram as nossas crianças. Uma iniciativa a repetir e que decorreu de forma globalmente muito positiva.

Registo ainda com apreço a comemoração do dia do Município, no passado dia 29 de maio, data tão importante para as gentes de Mafra. Uma sessão cheia de novidades, de assinaturas de protocolos, uns melhores que outros, de homenagens, de condecorações, numa sala repleta, quer de gentes, quer de beleza e de cultura. Apenas um lamento para a forma como foram seleccionados os homenageados. Convocar no dia anterior os vereadores da oposição para dar conta dos escolhidos, sem informar quais os critérios que levaram a tal escolha, sem aferir se outros poderiam também ser condecorados, sem questionar se haveria mais alguém que também reunisse consenso, não me pareceu muito oportuno. E tenho a certeza que haveria pelo menos mais um nome digno de homenagem, até porque, a Assembleia Municipal de Mafra, em tempos idos e por unanimidade, repito, por unanimidade, considerou que era merecida a devida homenagem e condecoração. Falo, como já devem ter percebido de José Saramago, prémio Nobel, e que por sua causa, ainda hoje são milhares aqueles que nos visitam. Penso que seria justa a sua inclusão para uma digna homenagem na sessão do dia do Município.

Mas, e há sempre um mas, considero que houve um outro erro, e errar é humano, errar é fácil, difícil é saber reconhecer e corrigir os nossos erros. Mas estou certo que esta Assembleia Municipal saberá reconhecer o erro e no próximo ano não deixará também de assinalar, oficialmente, a data do Dia da Liberdade o

dia 25 de Abril, data tão importante não só para as gentes de Mafra, mas para todo um País.

Esta Assembleia Municipal não pode impedir que se preste homenagem a quem um dia lutou para que hoje tenhamos um país Livre, a quem lutou para que hoje possamos estar aqui a falar livremente, a quem lutou para que hoje se possa votar, a quem lutou para que hoje tenhamos um país democrático.

Salão a Junta de Freguesia da Encarnação, 5 de Junho de 2014

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes
José Martinez Silva – Partido Comunista Português
Maria Graça Figueiredo - Partido Comunista Português

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;
Srs. Membros da mesa;
Sr. Presidente da Câmara;
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;
Sras. e Srs. Membros da Assembleia;
Comunicação social;
Distinto público.

Esta minha intervenção tem por base a grande confusão que tem lugar todos os dias no parque de estacionamento em frente à escola Hélia Correia. Quer de manhã para deixar os alunos, a hora de almoço e também ao fim da tarde aquando do final das actividades letivas. Esta situação, além de caótica gera também muita insegurança, pois o estacionamento fica situado do lado contrário ao da entrada da escola. O que faz com que os alunos e os respetivos acompanhantes tenham de atravessar as duas faixas de rodagem ou deslocarem-se na própria estrada junto aos carros estacionados (de traseira) até as passadeiras que ficam situadas no início e no final da rua Hélia Correia, criando situação de perigo eminentes.

Esta situação pode e deve ser resolvida o mais breve possível e não acarreta grandes custos para a autarquia. Deixo assim uma sugestão, basta trocar o estacionamento com as faixas de rodagem. Colocar o estacionamento junto ao passeio e à entrada da escola e as faixas de rodagem ocuparem o espaço junto ao muro da Agriloja, onde atualmente se situa o estacionamento.

Junto anexo imagem do local para facilitar a interpretação.



Salão a Junta de Freguesia da Encarnação, 5 de Junho de 2014

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes
José Martinez Silva – Partido Comunista Português
Maria Graça Figueiredo - Partido Comunista Português

anexo IV

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;
Srs. Membros da mesa;
Sr. Presidente da Câmara;
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;
Sras. e Srs. Membros da Assembleia;
Comunicação social;
Distinto público.

Hoje comemora-se o Dia Mundial do ambiente. O Dia Mundial do Ambiente é celebrado sempre a 5 de junho e foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução (XXVII) de 15 de dezembro de 1972 com a qual foi aberta a Conferência de Estocolmo, na Suécia, cujo tema central foi o Ambiente Humano.

Aproveito esta importante data para fazer três questões ao executivo da Câmara:

- A 1º se a Câmara Municipal de Mafra já adotou o que foi aprovado na Assembleia Municipal de 26/02/2014 e que passo a citar:

“Neste sentido, a Assembleia Municipal de Mafra delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos da CDU recomendar à Câmara Municipal de Mafra que:

1 - Proceda à aquisição de papel reciclado e à sua crescente utilização nos diversos serviços, nomeadamente, sempre que possível, em actas, propostas, convocatórias, envelopes, relatórios e demais materiais e documentos, e no papel avulso em geral.

2 – Sempre que possível, proceda a fotocópias e impressões em frente e verso.

3 – Proceda a uma vasta campanha de informação e sensibilização junto dos serviços, explicando as vantagens da adopção do papel reciclado e da impressão em frente e verso. “

- A 2ª relativa ao tema “Produzir local e Consumir local” recomendação feita na mesma Assembleia e que referia o seguinte:

“A CDU recomenda ao executivo da Câmara Municipal de Mafra para que esta adopte as medidas que considere necessárias e convenientes no sentido de se alcançarem as seguintes metas:

1 – Que a maioria da alimentação fornecida nas cantinas dos estabelecimentos escolares do concelho sejam confeccionadas com produtos agro-alimentares nacionais.

2 – Que uma parte significativa da totalidade dos produtos nacionais, sejam adquiridos no concelho e na região.

3 – Que os produtos da região sejam de preferência adquiridos directamente ao produtor.

4 – *Que sejam consideradas estas recomendações também para outros estabelecimentos públicos do concelho de Mafra*”

- A 3ª é relativa ao Eco Parque da Abrunheira, gostava que informasse esta Assembleia Municipal sobre a atual situação da empresa, tendo em conta o que foi referido no dia 22 de março de 2012 e que passo a citar:

“Os presidentes das câmaras de Mafra, Cascais, Oeiras e Sintra apelaram ontem a uma intervenção “urgente” do Ministério do Ambiente para concluir o financiamento da central da Abrunheira e resolver os problemas da empresa de tratamento de resíduos TratoLixo.

“Os municípios têm estado a suportar o sistema, mas a nossa capacidade está a chegar ao fim, portanto, é urgente que o Governo resolva este problema, encontre uma solução”

Salão a Junta de Freguesia da Encarnação, 5 de Junho de 2014

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes
José Martinez Silva – Partido Comunista Português
Maria Graça Figueiredo - Partido Comunista Português

Requerimento

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mafra em ^{05 Junho} ~~29~~ de ~~Abri~~l de 2014 subscreve a presente Declaração que requer ficar anexa à acta da Sessão de hoje.

No âmbito da alínea a) do ponto 2 do artº 4º da Regimento desta Assembleia em vigor como expressão directa do exarado na Lei 75/2013 compete aos Deputados Municipais, cito:

“Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal ...”

Para o bom e cabal desempenho dessas funções que acabo de citar, “*ipsis verbis*” da Lei, assim como para a futura participação critica sobre as matérias em apreço, o Grupo Municipal do Partido Socialista requer a V. Ex^a. Sr. Presidente que nos faça chegar uma cópia, em papel ou por email em uso, dos três Protocolos assinados durante as comemorações do Dia do Município entre os Srs. Secretários de Estado da Cultura e o Presidente da Câmara de Mafra, nos prazos previstos no CPA em vigor.

Mais se requer que este documento seja parte anexa à acta da Sessão de hoje.

Assembleia Municipal de Mafra na Freguesia da Encarnação em 5 de Junho de 2014.

Mafra 05.06.14

Ponto 2 Conselho Municipal da Juventude
- designação de membro

no seguimento do BE da Assembleia
Municipal de Mafra, vem designar o elemento
para fazer parte da Composição do Conselho
Municipal de Juventude de Mafra:

Amílcar Rolim Pereira

O Grupo Municipal do BE



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Mafra, 05 de Junho de 2014

Ponto 2. Conselho Municipal da Juventude - designação de membro.

No seguimento do solicitado em Diário da Republica 2ª Série de 24 de Janeiro de 2014, Capítulo II - Artº 4º.

A bancada do **CDS PP**, da Assembleia Municipal de Mafra, vem designar o elemento para fazer parte da **Composição do Conselho Municipal de Juventude de Mafra:**

ANA BELA CASTANHEIRO PINTO COSTA.

O Grupo Municipal do CDS-PP

Patra, 05.06.14

Ponto 2 - Conselho Municipal de Juventude

- Designação do Presidente

Apresentar o Partido Socialista na
Asssembleia Municipal, para designar o
representante. Para fazer parte do Conselho
do Conselho Municipal de Juventude de
Patra:

Leila Isabel Inacio Mexalga

O Grupo Municipal do P.S



Refre 5/6/2014

Ponto 2 - Conselho Municipal de Juventude

A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, vem designar a Srs. D. Mante Lisa Mendonça Mendes O'Neill, para a composição do Conselho Municipal de Juventude

Pelo Grupo do PSD





CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

Mafra, 05 de Junho de 2014

Intervenção

Ponto 3. Projecto de Regulamento para o Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra

É-nos trazido hoje um tema que reveste particular sensibilidade, especialmente no tempo excepcional que atravessamos – o direito à habitação.

O direito à habitação é um direito básico de homens e mulheres, vertido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25º), e cabe à sociedade uma resposta solidária no sentido de o fazer cumprir.

Não sendo novidade que há uma forte procura de apoio social junto dos serviços camarários e das IPSS's do nosso concelho, é sempre angustiante verificar as dificuldades que muitas famílias mafrenses ainda atravessam.

Este é, de facto, um problema concreto, de pessoas concretas e que merece uma resposta concreta e eficaz.

Atendendo a que o programa de habitação social não consegue dar resposta a todas as solicitações e que as circunstâncias actuais são de excepcional dificuldade para as famílias, entendemos que este Apoio ao Arrendamento Habitacional poderá contribuir para minorar o sofrimento e as dificuldades de muitas famílias do nosso concelho.

Por este motivo, votaremos a favor.

No entanto, não podemos deixar de alertar para a injustiça e tratamento desigual que este novo regulamento poderá introduzir no nosso concelho. As dificuldades financeiras têm colhido as famílias mafrenses por igual, sem escolher a porta em que batem. Tanto há dificuldades nas famílias que pagam renda de casa a um senhorio, como há dificuldades nas famílias que pagam prestações aos bancos.

Anexo VIII



CDS-PP
Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

A quem paga renda iremos agora dar um apoio excepcional para garantir o seu direito à habitação.

A quem tem casa própria castigamos com taxas de IMI elevadíssimas. Não têm também estas famílias direito à habitação?

Gostaríamos ainda de deixar uma nota acerca dos prazos propostos. Foi-nos possível verificar que, atendendo aos prazos máximos propostos, o período que vai da entrega do pedido de apoio até ao primeiro pagamento feito pela Câmara Municipal poderá chegar aos 5 meses. Estamos certos de que os serviços tudo farão para dar respostas céleres, mas ainda assim preocupam-nos prazos tão dilatados vertidos em Regulamento.

Por fim, julgamos relevante colocar três questões ao executivo acerca desta matéria:

1. Qual é actualmente o tempo médio de espera por uma vaga de Habitação Social no concelho de Mafra?
2. Qual é o valor da verba que se pretende alocar a este Apoio ao Arrendamento Habitacional?
3. Quantas famílias prevê a Câmara Municipal de Mafra apoiar ao abrigo deste Regulamento ainda durante o ano de 2014?

O Grupo Municipal do CDS-PP
Ana Bela Castanheiro Costa

Ponto 7 da O.D.

Aquisição das instalações do Corpo de Salvação Pública - Bombeiros Voluntários de Mafra — Associação Humanitária de Bombeiros, sitas na Av. 25 de Abril em Mafra

Declaração de Voto da CDU

A CDU votou a favor da aquisição das instalações do Corpo de Salvação Pública - Bombeiros Voluntários de Mafra pela Câmara Municipal de Mafra porque se trata de uma instituição de utilidade pública.

A CDU não pode deixar de referir que instituições de utilidade pública como os Bombeiros não podem ser geridos por boys partidários que tomam decisões megalómanas que não têm em conta a situação financeira da instituição, do município e do país.

Estas opções irresponsáveis levam a que a população do Concelho de Mafra, mais uma vez, seja obrigada a assumir este encargo através dos impostos que a autarquia cobra.

O que é certo é que o negócio que os Bombeiros de Mafra se propuseram fazer para pagar o novo quartel cuja obra custou em 2011, 1 milhão, trezentos e dez mil euros, vai-se lá saber porquê, não se concretizou, por isso os compromissos assumidos não foram cumpridos, tendo levado a que o novo quartel não esteja concluído. Acresce ainda a inexistência de arruamentos de acesso.

É bom lembrar que em reunião anterior, a Assembleia Municipal, por unanimidade, já tinha concordado com a atribuição de uma verba de 250 mil euros da CMM aos BVM para a realização dos acessos às novas instalações, já que estas foram construídas em local inacessível.

A verba atribuída aos BVM, se não considerarmos o terreno, ascende a 1 milhão de euros, já que aos 250 mil euros se juntará o valor da compra do quartel que ronda os 800 mil euros.

E as outras corporações de Bombeiros do Concelho de Mafra também merecem este apoio camarário, Sr. Presidente?

A CMM está sem dinheiro mas propõe-se aumentar o seu património...

Dir-nos-ão que é tudo a pensar nas populações, tal como o aumento do IMI!!

Obrigada

Os eleitos da CDU